



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640101 - SC (2021/0013076-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : MURIELI LUIZA DALL AGNOL CENI
ADVOGADO : MURIÉLI LUIZA DALL'AGNOL CENI - SC040597
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MARCOS ANTONIO XAVIER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS ANTONIO XAVIER em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5043751-11.2020.8.24.0000/SC).

O paciente cumpre pena total de 19 anos, 2 meses e 3 dias de reclusão.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem apontando ilegalidade na decisão que homologou o cálculo de liquidação de penas e considerou o cumprimento de 3/5 para fins de progressão de regime prisional.

O Tribunal de origem não conheceu do referido *writ*.

Na presente via, a impetrante sustenta que, com o advento da Lei n. 13.964/2019, que alterou o art. 112 da Lei de Execuções Penais, o lapso a ser utilizado no cálculo para a progressão de regime deveria ser o de 40%, uma vez que se trata de reincidente simples.

Afirma que a exigência do lapso correspondente a 60% da pena para a progressão somente se aplicaria ao reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado, o que não seria o caso dos autos.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja reconhecida a incidência do disposto no inciso V do art. 112 da Lei de Execuções Penais, determinando-se a aplicação da fração de 40% no cálculo para a progressão de regime das penas impostas ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência